



**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com as Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras**

Banco Original do Agronegócio S.A.

30 de junho de 2020

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	2
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1. Contexto Operacional	10
2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Práticas Contábeis	10
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	11
5. Títulos e Valores Mobiliários	11
6. Outros Créditos	12
7. Investimentos	12
8. Imobilizado de Uso	12
9. Depósitos	12
10. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias	13
11. Outras Obrigações - Provisões Trabalhistas	13
12. Outras Obrigações - Diversas	13
13. Patrimônio Líquido	13
14. Partes Relacionadas	13
15. Outras Despesas Administrativas	14
16. Despesas Tributárias	14
17. Outras Receitas Operacionais	14
18. Outras Despesas Operacionais	14
19. Tributos	14
20. Estrutura de Gerenciamento de Riscos	14
21. Suficiência de Capital	15
22. Informações Complementares	15
23. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.	16
Relatório do Comitê de Auditoria	17

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S/A, encerradas em 30 de junho de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas bem como do relatório dos auditores independentes.

O Banco Original do Agronegócio S/A encerrou o primeiro semestre de 2020 com patrimônio líquido R\$ 136,0 milhões (R\$ 136,7 milhões em 31 de dezembro de 2019) e total de ativos de R\$ 155,9 milhões (R\$ 160,3 milhões em 31 de dezembro de 2019).

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permita o controle tempestivo independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado.

A Administração agradece aos clientes, acionistas, parceiros pela confiança investida e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 25 de agosto de 2020.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 23 às demonstrações financeiras individuais do Banco, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de setembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Ativo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		155.817	160.105
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Instrumentos Financeiros	4	125.014	123.381
Títulos e Valores Mobiliários	5	29.585	32.696
Outros Créditos	6	1.211	4.027
Outros Valores e Bens		7	1
Não Circulante		162	211
Realizável a Longo Prazo		-	30
Outros Créditos	6	-	30
Investimentos	7	100	100
Imobilizado de Uso	8	1.475	1.475
Depreciação Acumulada	8	(1.413)	(1.395)
Intangível		-	1
Total do Ativo		155.979	160.316
Passivo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		3.317	19.477
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		21	13.463
Depósitos	9	21	13.463
Outras Obrigações		3.296	6.014
Fiscais e Previdenciárias	10	436	490
Provisões Trabalhistas	11	2.624	2.513
Outras Obrigações - Diversas	12	236	3.011
Não Circulante		16.630	4.064
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		13.677	-
Depósitos		13.677	-
Outras Obrigações		2.953	4.064
Obrigações Fiscais Diferidas	19	2.953	4.064
Patrimônio Líquido		136.032	136.775
Capital Social	13 a	112.123	112.123
Reservas de Lucros	13 e	23.837	24.342
Outros Resultados Abrangentes	13 c	72	310
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		155.979	160.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	Nota	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Receitas da Intermediação Financeira		318	13.794
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.3	318	13.794
Despesas da Intermediação Financeira		(235)	(374)
Operações de Captação no Mercado	9 b	(235)	(374)
Resultado da Intermediação Financeira		83	13.420
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		-	8
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		83	13.428
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(936)	(3.320)
Outras Despesas Administrativas	15	(880)	(2.630)
Despesas Tributárias	16	(117)	(624)
Outras Receitas Operacionais	17	171	18
Outras Despesas Operacionais	18	(110)	(84)
Resultado antes dos Tributos		(853)	10.108
Imposto de Renda e Contribuição Social	19 a	348	(7.086)
Provisão para Imposto de Renda		(240)	(290)
Provisão para Contribuição Social		(71)	(142)
Ativo Fiscal Diferido		659	(6.654)
Resultado Líquido		(505)	3.022
Resultado Líquido por Ação - (100.000.000) Ações		(0,0051)	0,0302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Resultado Líquido	(505)	3.022
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Variação de Valor Justo	(433)	(116)
Efeito dos Tributos	195	52
Outros Resultados Abrangentes	(238)	(64)
Resultado Abrangente	(743)	2.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		109.123	3.525	19.939	426	-	133.013
Outros Resultados Abrangentes	13 c	-	-	-	(64)	-	(64)
Resultado Líquido		-	-	-	-	3.022	3.022
Destinações							-
Reserva Legal	13 e.1	-	151	-	-	(151)	-
Reserva Estatutária	13 e.2	-	-	2.871	-	(2.871)	-
Saldo em 30 de Junho de 2019		109.123	3.676	22.810	362	-	135.971
Mutações do Período		-	151	2.871	(64)	-	2.958
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		112.123	3.972	20.370	310	-	136.775
Outros Resultados Abrangentes	13 c	-	-	-	(238)	-	(238)
Resultado Líquido		-	-	-	-	(505)	(505)
Destinações							-
Reserva Estatutária	13 e.2	-	-	(505)	-	505	-
Saldo em 30 de Junho de 2020		112.123	3.972	19.865	72	-	136.032
Mutações do Período		-	-	(505)	(238)	-	(743)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	Nota	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Atividades Operacionais			
Resultado Líquido		(505)	3.022
Ajustes ao Resultado Líquido		1.964	(2.084)
Depreciações e Amortizações	15	19	41
Ajuste ao Valor Justo		2.766	(9.384)
Tributos Diferidos		(766)	7.090
Provisões Trabalhistas		111	78
Demais ajustes		(166)	91
Resultado Ajustado		1.459	938
Variações em Ativos e Passivos			
		174	12.799
Redução / (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		871	(7.423)
Redução / (Aumento) em Outros Créditos		2.868	3.301
Redução / (Aumento) em Outros Valores e Bens		(5)	(127)
Aumento / (Redução) em Depósitos		235	13.077
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações		(3.795)	3.971
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		1.633	13.737
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa			
		1.633	13.737
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	123.381	104.312
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	125.014	118.049
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		1.633	13.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima e sediado à Rua General Furtado do Nascimento, 66, Alto de Pinheiros, São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN.

Uso de estimativas e julgamentos sobre valores reportados

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, as revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Os principais valores que possuem risco de resultar em ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões trabalhistas;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros;

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020 as Demonstrações Financeiras sofreram alterações em sua estrutura por conta das determinações da Resolução do CMN nº 4.270/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019. Essas normas visam aproximar a apresentação das informações financeiras às normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As principais alterações em decorrência desses normativos foram os saldos do Balanço Patrimonial do período, apresentados comparativamente com os do final do exercício imediatamente anterior e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

	Publicação Dezembro 2019	31/12/2019	01/01/2020	Critério Circular 3.959
Ativo				
Disponibilidades		419	123.381	Caixa e equivalentes a Caixa
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		122.962		
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos		32.696	32.696	Instrumentos Financeiros
Outros Créditos		4.056	4.056	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros
Outros Valores e Bens		1	1	Outros Créditos
				Outros Ativos
Permanente				
Investimentos em coligadas e controladas		100	100	Investimentos
Imobilizado de Uso		80		
Outras Imobilizações de Uso		1.475	1.475	Imobilizado de Uso
(Depreciação Acumulada)		(1.395)	(1.395)	(Depreciação Acumulada)
Intangível		1		
Ativos Intangíveis		447	447	Ativos Intangíveis
(Amortizações Acumuladas)		(446)	(446)	(Amortizações Acumuladas)
Total do Ativo		160.316	160.316	Total do Ativo
Passivo				
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		13.463	13.463	Depósitos e demais Instrumentos Financeiros
Depósitos		13.463	13.463	Depósitos
Outras Obrigações		10.078	6.014	Outras Obrigações
			490	Fiscais e Previdenciárias
			2.513	Provisões Trabalhistas
			3.011	Outras Obrigações - Diversas
			4.064	Obrigações Fiscais Diferidas
Patrimônio Líquido		136.775	136.775	Patrimônio Líquido
Capital Social:		112.123	112.123	Capital Social:
De Domiciliados no País		112.123	112.123	De Domiciliados no País
Reservas de Lucros		24.342	24.342	Reservas de Lucros
Ajuste de Avaliação Patrimonial		310	310	Outros Resultados Abrangentes
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		160.316	160.316	Total do Passivo e Patrimônio Líquido

As Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020 foram aprovadas pela Administração em reunião realizada em 25 de agosto de 2020 e serão divulgadas no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo princípio da competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

c) Instrumentos Financeiros

c.1) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de "Outros Resultados Abrangentes" e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no Patrimônio Líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

d) Outros Créditos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

e) Investimentos

Os ajustes do investimento em sociedade controlada são apurados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas.

f) Imobilizado de Uso

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo, instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos e sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos.

g) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (Impairment)

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. No semestre findo em 30 de junho de 2020 e em 2019 o banco não identificou nenhuma perda de ativos intangíveis (processo de *impairment*).

h) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20% (de janeiro a dezembro de 2019, à alíquota de 15%).

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes. Os créditos sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período base.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas Tributárias".

k) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

l) Outras Obrigações

Estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e variações monetárias até a data do balanço. Nas operações pré-fixadas pelo valor de resgates são deduzidas das despesas a apropriar.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades em Moedas Nacional	404	419
Letras do Tesouro Nacional - LTN	124.610	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	122.962
Total	125.014	123.381

As aplicações encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

5. Títulos e Valores Mobiliários

5.1) Valor de Custo e de Mercado

a) Títulos para Negociação

	Ajuste a		30/06/2020	31/12/2019
	Valor de Custo	Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	6.510	6.071	12.581	15.348
Total Carteira Própria	6.510	6.071	12.581	15.348

⁽¹⁾ Ações da JBS S.A.

b) Títulos Disponíveis para Venda

	Ajuste a Mercado -		30/06/2020	31/12/2019
	Valor de Custo	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	16.866	138	17.004	17.348
Total Carteira Própria	16.866	138	17.004	17.348

5.2) Por Vencimento e Nível de Valor Justo

a) Títulos para Negociação

	Nível	30/06/2020		31/12/2019	
		Sem vencimento	Total	Total	Total
Carteira Própria					
Títulos Privados					
Ações de Companhias Abertas	1	12.581	12.581	15.348	15.348
Total		12.581	12.581	15.348	15.348
Circulante			12.581	15.348	

b) Títulos Disponíveis para Venda

	Nível	30/06/2020		31/12/2019
		De 3 a 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	17.004	17.004	17.348
Total		17.004	17.004	17.348
Circulante			17.004	17.348

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados nos níveis 2 e 3.

5.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.164	3.559
Rendas de Títulos de Renda Fixa	599	848
Resultado Renda Variável ⁽¹⁾	(2.445)	9.387
Total	318	13.794

⁽¹⁾ Contempla resultado com ações da JBS S.A

5.4) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

6. Outros Créditos

	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.180	1.027
Adiantamentos Salariais/Outros	30	29
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽¹⁾	1	-
Outros	-	2.970
Total	1.211	4.057
Circulante	1.211	4.027
Longo Prazo	-	30

⁽¹⁾ Valor a receber da J&F Participações S.A. oriundo de aumento de capital.

7. Investimentos

	Atividade	Quantidade de Cotas	30/06/2020 Participação	31/12/2019 Participação
Controlada do Banco				
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	Investimento Imobiliário	99.999	99,99%	99,99%

⁽¹⁾ Em fase pré-operacional, com capital a integralizar.

	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo) 01/01 a 30/06/2020	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			30/06/2020	31/12/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Controlada do Banco						
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	100	-	100	100	-	-
Total	100	-	100	100	-	-

8. Imobilizado de Uso

a) Composição

	Custo	Depreciação	30/06/2020		31/12/2019	
			Residual	Residual		
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	241	(204)	37	54		
Sistemas de Processamento de Dados	975	(975)	-	-		
Sistemas de Segurança e Comunicações	259	(234)	25	26		
Total	1.475	(1.413)	62	80		

b) Movimentação

	31/12/2019			30/06/2020	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Depreciação	Saldo Final
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	54	-	-	(18)	36
Sistemas de Segurança e Comunicações	26	-	-	(1)	25
Total	80	-	-	(19)	61

9. Depósitos

a) Composição

	30/06/2020		31/12/2019	
	Sem Vencimento	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	21	-	21	21
Depósitos Interfinanceiros	-	13.677	13.677	13.442
Total	21	13.677	13.698	13.463
Circulante			21	13.463
Longo Prazo			13.677	-

b) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Depósitos Interfinanceiros	(235)	(373)
Captação no Mercado Aberto	-	(1)
Total	(235)	(374)

10. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições a Recolher	18	490
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	-	10
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	-	450
PIS e Cofins	18	30
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	418	-
Provisão para Imposto de Renda	240	-
Provisão para Contribuição Social	178	-
Total	436	490
Circulante	436	490

11. Outras Obrigações - Provisões Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. O montante de depósitos judiciais em 30 de junho de 2020 é de R\$ 30 (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2019).

a) Movimentação

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	2.513	2.463
Constituição	-	15
Atualização Monetária	111	225
Reversão	-	(190)
Saldo Final	2.624	2.513
Circulante	2.624	2.513

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

b) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos nas esferas cível ou trabalhista classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o Banco não possuía processos cíveis e trabalhistas com perda possível.

12. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para Pagamentos a Efetuar	136	361
Outras despesas administrativas	84	138
Outros pagamentos	52	223
Subscrições de capital a integralizar ⁽¹⁾	100	100
Sociais e Estatutárias	-	2.550
Total	236	3.011
Circulante	236	3.011

⁽¹⁾ Capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda.

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o capital social integralizado é assim representado

	Ordinárias R\$	Total
De Domiciliados no País	112.123	112.123
Total	112.123	112.123

b) Participação Acionária

Participação acionária direta em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

Acionistas	Ações Ordinárias	
	Quantidade	(%)
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%

⁽¹⁾ Empresa de investimentos (Holding).

c) Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por LTN no montante de R\$ 72 (R\$ 310 em 31 de dezembro de 2019).

d) JCP e Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No semestre findo em 30 de junho de 2020 não houve deliberação ou pagamento de Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

e) Reserva de Lucros

e.1) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente.

e.2) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária é constituída, por determinação da administração, como destinação de uma parcela do lucro do período.

f) Aumento de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2019 foi deliberado e aprovado o aumento de capital da companhia no montante de R\$ 3.000, mediante a emissão de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

14. Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/09.

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2020	31/12/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Aplicações em Operações Compromissadas	124.610	122.962	2.153	2.998
Banco Original S.A.	124.610	122.962	2.153	2.998
Ações	12.581	15.348	1.005	9.387
JBS S.A. (JBS)	12.581	15.348	1.005	9.387
Depósitos Interfinanceiros	13.677	13.442	(77)	(373)
Banco Original S.A.	13.677	13.442	(77)	(373)

15. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(17)	(121)
Depreciações e Amortizações	(19)	(41)
Comunicações	(66)	(265)
Processamento de Dados	(675)	(1.474)
Aluguéis	(14)	(13)
Serviços do Sistema Financeiro	(34)	(36)
Despesa com Licença de Informações Financeiras	-	(243)
Outras Multas	-	(374)
Outras	(55)	(63)
Total	(880)	(2.630)

16. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
COFINS	(101)	(537)
PIS/Pasep	(16)	(87)
Total	(117)	(624)

17. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Atualização de Impostos a Compensar	21	16
Reversões Fiscais	128	-
Atualização de Depósitos Judiciais	1	2
Reversão de Provisão de Gastos Operacionais	21	-
Total	171	18

18. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Provisões Trabalhistas	(110)	(78)
Indenizações Trabalhistas	-	(6)
Total	(110)	(84)

19. Tributos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Resultado antes dos Tributos	(853)	10.108
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(309)	10
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(309)	384
Base de cálculo - CSLL	(1.162)	10.118
Base de cálculo - IRPJ	(1.162)	10.491
CSLL	(71)	(2.711)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	419	(4.375)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	348	(7.086)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	348	(7.086)

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	30/06/2020	31/12/2019
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	6.072	8.837
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	138	594
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(289)	(439)
Outras diferenças temporárias	-	421
Total de Diferenças Temporárias- IRPJ	5.921	9.413
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	1.480	2.248
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL	1.184	1.377
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	138	594
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	6.072	8.837
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	6.210	9.431
Aliquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	289	439
Total do Passivo Fiscal Diferido	2.953	4.064
Longo Prazo	2.953	4.064

c) Créditos Tributários

Não foram constituídos créditos tributários no período.

20. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez - Possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital - É o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Segundo a Resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e consequentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de risco operacional do Banco visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

A análise de exposição das carteiras do Banco é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e. Gerenciamento de Risco Socioambiental

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o Banco Original possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSA do Banco Original é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; Avaliação e gestão de risco socioambiental; Atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; Verificação da aderência à PRSA; Divulgação e a revisão da PRSA; e Capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Relatório de Gestão de Riscos Setembro/2019. Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o Banco possui uma estrutura de Governança Corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: Conselho de Administração – órgão máximo da governança do banco, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos – Propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental; Comitê de Risco Operacional e Controles Internos (CROCI) – órgão nomeado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; Comitê de Ética – órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do Código de Ética, Códigos de Conduta Setoriais, Políticas, Circulares Normativas internas, e regulamentação aplicável; A área de Controles Internos, Riscos e Compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de Gerenciamentos de Riscos.

21. Suficiência de Capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Banco.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, Pic Pay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay e Original App.), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência Nível I	1.086.109	1.375.393
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.086.109	1.375.393
RWA- Ativos Ponderados pelo Risco	10.871.217	10.376.218
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	9.314.032	8.570.045
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	105.622	596.303
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	1.451.564	1.209.870
Índice de Basileia III e II	10,0%	13,3%

No primeiro semestre de 2020, o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 9,25% (10,5% em 31 de dezembro de 2019), e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco do banco.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor.

22. Informações Complementares

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2020 e no exercício de findo em 31 de dezembro de 2019, não foram concedidos avais de fianças a terceiros.

b. Combate aos efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global. Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça.

O Banco, em linha com Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, adotou medidas para mitigar os impactos causados pelo Coronavírus (COVID-19), especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital.

Cabe destacar que o Banco manteve suas atividades operacionais normalmente, adotando o Home Office como prática para grande parte de seus colaboradores.

Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, o Coronavírus (COVID-19) trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a Administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras, bem como a manutenção de suas operações.

23. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A (em conjunto com o Banco Original S.A, "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.